

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS NA ERA DA INFORMÁTICA

ADORNO JÚNIOR, Helcio Luiz
Faculdade Santa Lúcia
helcio.prof@santalucia.br

SILVA, José Luiz Pereira da
Faculdade Santa Lúcia
profjose Luiz@uol.com.br

RESUMO

Não se concebe uma sociedade socialmente justa sem a divulgação do conhecimento. O hábito da leitura e a prática da redação devem fazer parte do cotidiano dos cidadãos, facultando-lhes o pleno acesso à educação. É certo que a informática pode contribuir de maneira significativa para esse desiderato. Sua utilização precisa ser feita de forma coordenada com a leitura e a escrita tradicionais, para que não se mutile o vernáculo e a própria identidade da língua nacional. O objetivo do presente artigo é despertar a atenção do leitor para a necessidade de resgate da prática da leitura para a socialização do conhecimento em prol da identidade e do desenvolvimento da sociedade. Para tanto, as ferramentas da informática podem contribuir satisfatoriamente, se forem utilizadas de forma adequada.

PALAVRAS-CHAVE: *leitura; redação; informática; informação; conhecimento.*

INTRODUÇÃO

Conhecimento e informação não se confundem, pois aquele é mais abrangente que esta. A informação é a mera ciência de um fato,

enquanto o conhecimento decorre do estudo, em geral aprofundado, de determinado tema.

Associa-se a aquisição do conhecimento ao meio acadêmico. Não é o único espaço para sua aquisição, mas é, com certeza, um dos mais propícios. As pessoas que procuram por um curso universitário pretendem, em primeiro plano, ampliar o universo de saber. Outros propósitos mediatos também podem ser identificados nessa empreitada, como a qualificação e a ascensão profissionais, por exemplo.

A busca do conhecimento exige, no entanto, empenho dos que se candidatam a essa empreitada. A pesquisa, a leitura e a troca de informações são componentes da garimpagem do saber. Assim, a informação é um simples ingrediente do próprio conhecimento, mas não o exaure. Pode ser obtida de diversas formas, como pela leitura de livros e periódicos (revistas ou jornais), pelos meios de comunicação e, mais recentemente, pelo mecanismo que tem sido utilizado com maior frequência, que é a informática.

A *internet* permite aos navegadores a obtenção de informações. É certo, porém, que essas informações isoladamente não asseguram o conhecimento. As informações que podem ser extraídas da *internet*, na maioria das vezes, são superficiais e carecem de identificação das respectivas fontes. O fluxo dessas informações é gigantesco, mas o grau de captação de conhecimento que delas pode ser extraído não acompanha tamanha dimensão.

A informática não deixa de constituir recurso para a transmissão de informações, no que pode ser explorada com proveito para o ensino acadêmico. A facilidade que propicia para a pesquisa não pode acomodar aqueles que lidam com a busca do conhecimento, seja dos que o procuram, seja dos que têm a tarefa de transmiti-lo.

Este é o grande dilema a ser enfrentado no ensino superior: como aceitar a informática e utilizá-la como ferramenta de ensino sem que se perca a esperada qualidade na transmissão do conhecimento, que se extrai, sobretudo, da pesquisa e da leitura nas formas tradicionais, ou seja, realizadas junto a um abalizado acervo bibliotecário?

O que se pretende com o presente estudo é despertar a atenção do leitor para esta contingência e fomentar a discussão que interessa ao ensino acadêmico. A defesa do resgate do hábito da leitura é o primeiro ponto de sustentação deste trabalho, ao qual será confrontada a prática da comunicação eletrônica para, ao final, diferenciar-se a informação do conhecimento, mostrando-se a importância da prevalência deste último.

2. A NECESSIDADE DE RESGATE DO HÁBITO DA LEITURA

A atividade de leitura tem sido o principal instrumento de acesso à cultura humana. Mesmo no terceiro milênio, vivendo em um espaço áudio visual, o homem ainda encontra no texto impresso seu referencial reflexivo e cultural (ARRUDA, 2004).

É amplamente reconhecida a grande dificuldade que os jovens ingressantes em cursos superiores enfrentam no processo de leitura, tanto técnica quanto literária. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro / IBOPE e pela ONG Ação Educativa (2006), nos meses de junho e julho de 2006, os dados são alarmantes. Segundo os resultados do estudo, apenas 26% da população brasileira entre 15 e 64 anos têm domínio pleno das habilidades de leitura e da escrita.

A leitura é o principal veículo para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e do espírito crítico. Ao ler diferentes textos, o jovem adquire condições de se posicionar criticamente. Passa a interpretar múltiplas visões da realidade, acrescentando sua experiência de vida, decorrente da maneira de ver o mundo e as coisas que o rodeiam. Em síntese, ler é essencial ao crescimento intelectual e profissional dos jovens discentes. A leitura permite confrontar os próprios conhecimentos com outras fontes, enriquecendo o leitor com novas idéias e perspectivas. De acordo com Zilberman (1991, p. 112):

[...] A recuperação do prestígio do ato de ler depende hoje de ele ser pensado em relação a seus efeitos sobre o leitor, que não parecem quantificáveis. A Teoria da Literatura se encarregou disso, ao adotar novas idéias sobre a natureza do texto artístico e renunciar à proposta estruturalista de encará-lo como organização auto-suficiente e auto promotora de sentido. Segundo as novas teses, a obra literária é uma formação porosa, porque constituída de vazios a serem preenchidos pelo leitor. Assim, embora compreensível, o texto é incompleto, pois ele nunca exaure seu objeto, cujo significado se efetua quando o leitor ali deposita seu conhecimento e experiência. [...]

No Brasil, a média de livros lidos por habitante ao ano é de dois, enquanto na França o número eleva-se a seis e nos Estados Unidos a onze. Convém ainda lembrar que, desse total, cerca de 60% dos livros adquiridos em nosso país são didáticos ou técnicos, ou seja, adotados como leitura obrigatória pelos professores ou considerados como ferramenta indispen-

sável para o exercício de uma profissão ou atividade remunerada. Assim, apenas 40% do total são destinados à leitura de lazer (ARRUDA, 2004).

Suas causas são múltiplas e complexas. Uma das mais recorrentes é o baixo poder aquisitivo da população, que torna o livro artigo de luxo, supérfluo diante das necessidades diárias. Nota-se, ademais, que falta ao jovem brasileiro o hábito da leitura, que deve ser cultivado desde a infância. Poucas são as famílias, mesmo de classe média, que valorizam a leitura, preferindo gastar seus rendimentos em futilidades, característica de uma sociedade que prioriza o consumismo desenfreado. O bom leitor é criado pela família, o que raramente ocorre (CHARTIER, 2009). Segundo o mesmo autor, os docentes, que são os maiores responsáveis pela qualidade do ensino acadêmico, precisam atentar para essa realidade e buscar sua reversão, para proporcionar a formação de leitores críticos e reflexivos.

3. A LEITURA COMO ATO DE INTERPRETAÇÃO CONTEXTUAL

O processo de leitura, apreensão das múltiplas facetas da realidade circundante, é solitário e dinâmico. Ler implica não só apreender o significado das palavras, mas também trazer para o texto lido a experiência e a visão de mundo do leitor, ou seja, o seu repertório. Concebido dessa forma, o ato de ler prioriza a formação de um aluno crítico e criativo, sonho de todos os professores, desde o ensino básico até o universitário (ZILBERMAN, 1991).

Esse repertório varia de um indivíduo para outro e na mesma pessoa, com o decorrer do tempo, o que acrescenta maturidade ao leitor. O leitor maduro é aquele que cresce com suas leituras, não se relacionando a maturidade, portanto, à idade cronológica. Pode ocorrer de um leitor de quarenta anos, já com mais experiência de vida, encantar-se com a releitura de determinado texto pelo qual não havia se interessado na adolescência. A maturidade pessoal amplia os repertórios linguístico e de vivência, permitindo ao leitor descobrir sutilezas que não observara e levá-lo a reflexões que o texto não lhe proporcionara àquela época (ZILBERMAN, 1991).

Ler um texto significa dialogar com o autor. O diálogo, para que seja proveitoso, deve passar por dois momentos: o de falar e o de ouvir. A falta de ligação do autor com a realidade externa pode resultar em situação de monólogo e comprometer a compreensão do texto. Nesta hipótese, o autor, por meio de seu texto, torna-se, equivocadamente, o dono da verdade, buscando submeter a ela passivamente o leitor. Essa passividade pode transformar o leitor em mero objeto, em depósito de idéias de outro ser pensante, no caso o autor do texto. Resgatar no aluno leitor a

possibilidade de diálogo com o texto e com seu autor significa oportunizar a construção de ideias e de novos sentidos às realidades por ele vivenciadas (ARRUDA, 2004).

A leitura, assim, é a busca de significados dos textos, pela qual se apreendem sentidos e se captam intenções. Segundo Arrojo e Rajagopalan (1992, p. 88):

[...] Em poucas palavras, o significado não se esconde nem se embute no texto à espera de que um leitor o decifre, compreenda ou resgate; o significado então é produzido pelo leitor a partir de suas circunstâncias e das convenções que organizam e delimitam suas instituições, inclusive a linguagem. Nesse sentido, nenhuma leitura poderia ser considerada absolutamente correta ou incorreta, absolutamente aceitável ou inaceitável. Uma determinada leitura pode ser considerada correta ou aceitável apenas dentro de uma determinada situação ou perspectiva e esse julgamento seria necessariamente diferente em outra situação e a partir de outra perspectiva. [...]

Utilizando os conceitos de compreensão e de interpretação textual, Gadotti (1981, p. 38) sustenta que:

[...] Compreender um texto não é captar a intenção do autor, nem tampouco restaurar o sentido que o autor lhe outorgou. O sentido de um texto é a possibilidade que ele oferece ao leitor de superar-se. É o momento propriamente pedagógico de uma leitura. Não reside no mundo que ele esconde atrás das palavras e da linguagem (mundo do conhecimento), mas no mundo que se abre diante dele. O mundo da decisão. [...]

A partir desses dados, pode-se afirmar que autor e leitor são co-produtores do sentido do texto e co-responsáveis por uma determinada realidade que dele é extraída. É possível obter-se várias leituras de um mesmo texto, todas elas igualmente coerentes e aceitáveis. Como ensina Verón (1980, p. 76):

[...] Todo texto é suscetível a uma multiplicidade de leituras, ele é o ponto de passagem de vários sistemas diferentes e heterogêneos de determinação. Num texto há diferentes tipos de traços (do autor, que remetem a um sistema histórico biográfico, ao universo de sua obra e, certamente, os traços do inconsciente, etc). [...]

As leituras equivocadas podem resultar da incorreta compreensão do texto pelo leitor. Elas caracterizam a mencionada falta de diálogo entre o autor do texto e o leitor, falha que poderá ser atribuída a um e/ou a outro, conforme a situação concreta.

4. TEXTO E CONTEXTO

A maior dificuldade que os jovens leitores encontram durante seus primeiros passos no mundo da leitura é estabelecer relações significativas entre o que está escrito e a realidade que os circunda. Muitas vezes é difícil para o leitor relacionar o texto com suas experiências anteriores. Os alunos apropriam-se mais facilmente do conhecimento quando está contextualizado, ou seja, quando faz sentido no encadeamento de informações e conceitos já adquiridos (GADOTTI, 1981).

O termo texto é proveniente do latim *textus*, vinculado ao verbo *texere*, com o sentido de tecer, enlaçar e entrelaçar. Lembra o trabalho do tecelão que une os fios para obter um tecido único. Assim também o autor do texto tece as idéias, enlaça as palavras e constrói enunciado capaz de transmitir uma mensagem, por constituir um todo significativo com intenção comunicativa e colocar o emissor em contato com o receptor (ARRUDA, 2004). Guimarães (1995, p. 14) apresenta visão abrangente do significado de texto:

[...] Em sentido amplo, a palavra texto designa um enunciado qualquer, oral ou escrito, longo ou breve, antigo ou moderno. Concretiza-se, pois, numa cadeia sinalagmática de extensão muito variável, podendo circunscrever-se tanto a um enunciado único quanto a um segmento de grandes proporções. [...]

Esse conceito desmistifica a ideia cristalizada no senso comum de que todo texto deve ser impresso e com certa extensão. O enunciado oral, sob as formas de palestra, de discurso ou até mesmo de conversa informal, também é texto.

Fávero e Koch (1983, p. 25) estabelecem a diferenciação entre texto e contexto por uma nova perspectiva:

[...] Texto, em sentido amplo, designa toda e qualquer manifestação textual de capacidade do ser humano (uma música, um filme, uma escultura, um poema, etc.), e, em se tratando de linguagem verbal, temos o discurso, atividade

comunicativa de um sujeito, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor e o evento de sua enunciação. [...]

Fator fundamental no processo de comunicação é a intenção comunicativa. Pode ser considerada como texto, portanto, frase do tipo – Olá, boa tarde! -, em que fica explícita a intencionalidade do emissor, exigindo a presença física ou virtual de um receptor (LOPES, 2003).

Consideram-se como contexto todas as informações que acompanham o texto, colaborando para sua perfeita compreensão. Por exemplo, um texto simples como a pergunta - Você trouxe cola? - pode ter interpretações diferentes dependendo do contexto em que se insere: durante uma atividade artística ou em uma avaliação escolar (ABREU, 2004).

A Proposta Curricular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (FINI, 2008) apresenta três níveis de contextualização: a) sincrônica: ocorre em um mesmo tempo e analisa o objeto em relação à época e à sociedade que o gerou; procuram-se as condições sociais, econômicas e culturais da sua produção e recepção; b) diacrônica: ocorre com o tempo e considera o objeto cultural em seu eixo; perquire-se como a teoria se inscreve na história da cultura e das ideias, como foi apropriada por outros autores em períodos posteriores e de que forma ela assimilou objetos culturais de épocas anteriores a ela própria; c) interativa: permite relacionar o texto com o universo específico do leitor; procura-se saber como o texto é visto na atualidade e que características fazem com que ainda seja estudado, apreciado e valorizado.

Assim, a apropriação do conhecimento ocorre de maneira mais profunda quando as informações são contextualizadas. Elas devem estar ligadas a outros conhecimentos e não podem ser apresentadas isoladamente, desvinculadas de dados históricos, sociais, políticos e, muitas vezes, econômicos. Leis, regras ou normas em geral não nascem ao sabor do acaso, mas são frutos de uma ideologia dominante em um determinado momento histórico, decorrente de uma situação social e política bem definida (ABREU, 2004).

5. A LEITURA COMO PRÁTICA PRAZEROSA

A leitura, para que permita a correta interpretação do texto, deve ser prazerosa acima de tudo. O estudante precisa criar o hábito da pesquisa bibliográfica e da leitura, para que possa ter sucesso na busca do conheci-

mento e contribuir significativamente na interpretação do material lido e na criação de outros textos com novas ideias (MANGUEL, 1997). A pesquisa bibliográfica garante a veracidade das informações contidas nos trabalhos acadêmicos, na medida em que permite rastrear-las, tornando-as, assim, mais confiáveis.

Como destaca Manguel (1997, p. 20), a atividade de leitura antecede necessariamente a de escrever e marca as sociedades que trouxeram contribuições culturais mais significativas para o mundo:

[...] Só aprendi a escrever muito tempo depois, aos sete anos de idade. Ler – descobri – vem antes de escrever. Uma sociedade pode existir – existem muitas, de fato – sem escrever, mas nenhuma sociedade pode existir sem ler [...]. Mesmo em sociedades que deixaram registros de sua passagem, a leitura precede a escrita; o futuro escritor deve ser capaz de reconhecer e decifrar o sistema social de signos antes de colocá-lo no papel. [...]

O conhecimento adquirido com a leitura não se perde. O leitor pode, por alguma infeliz contingência, perder a saúde ou seus bens materiais, mas não deixará de contar com o conhecimento que adquiriu nos estudos. O saber, apesar de ser um bem (imaterial), não é passível de ser retirado de seu titular. Pode ficar defasado, situação que se contorna facilmente com a atualização do conhecimento, mas não será subtraído da pessoa em qualquer hipótese (ARROJO; RAJAGOPALAN, 1998).

Por outro lado, transmitir conhecimento não significa perdê-lo. Ao contrário, os profissionais que têm a oportunidade de atuar no magistério bem sabem que mais aprende aquele que ensina que o próprio aluno (CURY, 2007).

O hábito da leitura deve ser cultivado desde a infância pelos pais. A tarefa dos professores que trabalham com alunos que já têm a prática da leitura em família fica mais facilitada. Indicar a bibliografia a ser seguida durante o curso e ter o efetivo retorno da leitura responsável é mais provável que ocorra em relação ao aluno que tem o costume de ler. Hillman (1974) *apud* Manguel (1997, p. 23) apresenta a seguinte proposição sobre a leitura em família:

[...] O psicólogo James Hillman afirma que a pessoa que leu histórias ou para quem leram histórias na infância “está em melhores condições e tem um prognóstico melhor do que aquela à qual é preciso apresentar as histórias. [...]

Chegar cedo na vida já é uma perspectiva de vida”. Para Hillman, essas primeiras leituras tornam-se algo vivido e por meio do qual se vive, um modo que a alma tem de se encontrar na vida. A essas leituras, e por esse motivo, voltei repetidamente, e ainda volto. [...]

A classe dos leitores não pode ser extinta e essa ameaça efetivamente existe (MANGUEL, 1997). Cabe aos integrantes do magistério cuidar para que não se relegue a leitura a um segundo plano, a fim de que os alunos adquiram efetivos conhecimentos e não apenas meras informações, pois estas, ao contrário daqueles, esvaem-se com tanta facilidade quanto chegam ao indivíduo.

Como bem anota Cury (2006, p. 41), “quem quer ser um bom educador tem de ter a paciência de um agricultor. Se quisermos viver dias felizes, não devemos esperar resultados imediatos”. A tarefa do professor envolve semear a prática da leitura, de forma paciente e muitas vezes enfrentando resistências injustificadas, para que a colheita de bons resultados acadêmicos junto aos alunos venha mais à frente.

6. AS SOCIEDADES DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A sociedade evolui e prioriza valores diferentes ao longo do tempo. Podem ser relacionados como marcos do desenvolvimento social as revoluções agrícola, industrial e tecnológica (SIQUEIRA JUNIOR, 2007). Pela primeira, o homem fixou-se no campo; pela segunda, foi reunido em centros de produção e, pela terceira, passou a usar intensamente recursos de informática.

A revolução tecnológica está intimamente ligada à sociedade da informação, na qual o principal fator de geração de riquezas é o conhecimento. Além de constituir bem cultural, o conhecimento pode ser enquadrado como bem econômico. Segundo Siqueira Junior (2007, p. 744-747):

[...] Vivemos numa sociedade em que a informação tornou-se objeto valorativo central contemporâneo, surgindo a denominada sociedade da informação. [...] A sociedade de informação é aquela em que o desenvolvimento encontra-se calcado em bens imateriais, como os dados, informação e conhecimento. [...] A sociedade de informação do século XXI substituiu a sociedade industrial do século XX, provocando mudanças no cotidiano das pessoas. A informação não é a grande novidade da era atual, mas a velocidade e quantidade da informação que evoluíram em termos

inimagináveis. Até mesmo o Estado é colocado em xeque frente à informação. [...]

O cotidiano das pessoas é fortemente influenciado pela velocidade do acesso à informação. Paradoxalmente, apesar de permitir o desenvolvimento social, a revolução tecnológica desperta preocupação, “pois não há mais tempo para o amadurecimento e questionamento da informação, de onde surge o verdadeiro saber” (SIQUEIRA JUNIOR, 2007, p. 749).

Tanto a informação quanto o conhecimento são fatores que produzem riqueza na sociedade da tecnologia. Ambos não se confundem, no entanto. O intelecto humano conta com quatro estágios distintos, a saber, informação, comunicação, conhecimento e saber. O conhecimento, do qual resulta o saber humano, é transmitido pela comunicação da informação. Não basta, contudo, a mera informação, pois ela precisa ser qualificada para gerar conhecimento e, conseqüentemente, saber humano. Como leciona Siqueira Junior (2007, p. 749-750):

[...] A sociedade da informação deve evoluir necessariamente para a sociedade do conhecimento. Embora seja comum designarmos uma nova era, denominada *era do conhecimento*, a mesma ainda não foi atingida. Informação e conhecimento são conceitos distintos. A informação existe em larga escala, embora parte da sociedade esteja excluída desta realidade. O acesso à informação não significa acesso ao conhecimento. Conhecimento se traduz em amadurecimento, em análise da informação. [...]

Sendo um dos principais veículos de informação na sociedade tecnológica, a *internet* é o exemplo mais importante desta realidade. A velocidade com que as informações podem ser obtidas na rede mundial de computadores é assustadora. É preocupante, contudo, o modo como essas informações têm sido utilizadas na atualidade, ou seja, no início do século XXI. Os alunos deixam de explorá-las em profundidade e, na maioria das vezes, não se preocupam em pesquisar a veracidade de seu conteúdo ou em certificar a qualidade da fonte (SIQUEIRA JUNIOR, 2007).

A pesquisa que se contenta com informações superficiais estará fadada ao insucesso. Não resultará em efetivo saber para o aluno, pois a informação precisa ser alçada ao *status* de conhecimento para que dela se extraia proveito. Isto somente ocorrerá com o aprofundamento da pesquisa, que passa, necessariamente, pela forma tradicional de leitura: a bibliográfica. Certamente é a mais trabalhosa, mas seu resultado será, indubita-

velmente, mais proveitoso. Por pesquisa bibliográfica, deve ser entendida a busca de informações qualificadas, que são aquelas que asseguram efetivo conhecimento ao pesquisador. Tem por fontes livros, periódicos e afins, até mesmo muitas vezes integralmente transcritos para o ambiente virtual. Os trabalhos que se pretendem científicos devem ser sustentados tecnicamente por pesquisas bibliográficas, para que as informações nele lançadas sejam verossímeis e rastreáveis (ARRUDA, 2006).

Não se pretende sustentar, com o presente estudo, que a pesquisa pela *internet* deva ser vedada, mesmo porque o ambiente virtual pode permitir o acesso à íntegra de importantes obras literárias, como já se destacou. Por outro lado, a rapidez com que as informações são obtidas por esse meio é elemento que favorece sua utilização. Há que se lembrar, ainda como fator positivo do uso da tecnologia na educação, do recurso da teleconferência, propiciado pela *internet*, que está intrinsecamente relacionado ao ensino a distância. Como destaca Andrade (2006, p. 7):

[...] A educação a distância surge num contexto de difusão do conhecimento, do avanço da tecnologia que nos leva à revolução do saber por meio da informação. [...] É necessário um completo engajamento e comprometimento do grupo que estará em formação e, a partir deste comprometimento do grupo em formação, o professor terá maior responsabilidade e autonomia pela sua aprendizagem e pela dos alunos. [...]

Outro importante recurso da informática que vem de encontro à facilitação da leitura é o livro eletrônico, conhecido mundialmente como *e-book*. Tem formato digital e pode ser lido em equipamentos eletrônicos, como computadores ou celulares que comportam esse recurso. É dispositivo de baixo custo e de fácil acesso, diante da divulgação da *internet* nas escolas e nos lares, e pode ser acessado gratuitamente em alguns portais especializados (CHARTIER, 2009).

Grande vantagem dos livros digitalizados é a portabilidade: são facilmente transportados em *cd-rooms* e *pen-drives*. O baixo preço é outro diferencial positivo. Por não utilizarem papel para impressão, não demandam o serviço gráfico. Também não dependem de espaço físico para armazenamento ou de empresa distribuidora. Estas circunstâncias reduzem o preço para o consumidor em até 80% em relação aos livros impressos, quando não forem gratuitos (CHARTIER, 2009). Comparando as diversas fontes de leitura, Chartier (2009, p. 8) observa que:

[...] Nos primeiros séculos da nossa era, a invenção do livro, que continua ser nosso, em seu formato códice, com suas folhas, suas páginas e seus índices, acolheu um novo objeto: as escrituras cristãs e as obras dos autores gregos e latinos. A história não ensina lição nenhuma, apesar do lugar comum em contrário, mas [...] aponta para um fato essencial à compreensão do presente, a saber: que um ‘mesmo’ texto deixa de ser o mesmo quando muda o suporte sobre o qual está inscrito e, com isso, sua forma de leitura e o sentido que lhe venha a ser atribuído por novos leitores. [...]

O ambiente virtual pode, assim, constituir importante fonte de pesquisa. As teleconferências constituem o mais relevante exemplo de recurso tecnológico, como já foi mencionado. São largamente utilizadas até mesmo por instituições de ensino universitário, sobretudo nos países mais desenvolvidos, com aulas em tempo real. Soma-se a esse rol de ferramentas tecnológicas de informação a publicação de periódicos científicos em ambiente eletrônico, que assume foros de verdadeiras bibliotecas virtuais das grandes Universidades (ANDRADE, 2006).

A certificação de confiabilidade das fontes não pode ser esquecida na pesquisa. O cuidado nesse particular deve ser redobrado no ambiente virtual, porque pode ser facilmente utilizado como repositório de informações inverídicas ou duvidosas, seja de modo descuidado ou mesmo intencionalmente, com propósitos escusos, as quais podem ser utilizadas como verdadeiras pelo pesquisador menos cuidadoso (ANDRADE, 2006).

Qualquer que seja a fonte da leitura, o importante é que o aluno, na tarefa de pesquisador, não se contente com a mera informação. Deve ter o conhecimento como efetivo alvo de sua pesquisa. Somente desta forma será construída uma sociedade embasada solidamente em saber e, portanto, pluralista e democrática. Como conclui Siqueira Junior (2007, p. 751), “a sociedade do conhecimento é um ideal a ser alcançado, dependendo da satisfação de condições para construção de um conhecimento compartilhado, pluralista e participativo”.

7. O CONHECIMENTO COMO PRESSUPOSTO DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Se o conhecimento é um bem que não pode ser subtraído do titular, é extremamente arriscado para os regimes políticos totalitários que as pessoas o adquiram. Dominar pessoas que não têm consciência de seus direi-

tos e espírito crítico é muito mais fácil para os ditadores. Como observa Manguel (1997, p. 35), a leitura é temida tanto pelos governos populares quanto pelos totalitários:

[...] Os regimes populares exigem que esqueçamos, e portanto classificam os livros como luxos supérfluos; os regimes totalitários exigem que não pensemos, e portanto proíbem, ameaçam e censuram: ambos, de uma modo geral, exigem que nos tornemos estúpidos e que aceitemos nossa degradação docilmente, e portanto estimulam o consumo de mingau. Nessa circunstância, os leitores não podem deixar de ser subversivos. [...]

Esta certamente não é a situação política da sociedade brasileira. A Constituição de 1988 assegura como norma programática o direito ao ensino, galgando-o à condição de política governamental, notadamente em seu artigo 205, *in verbis*:

[...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

No cenário regional, o direito de acesso ao conhecimento está consagrado pelo artigo 13.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos e pela Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Conforme a letra do preceito legal em referência, o direito à liberdade de expressão e informação “compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda índole, sem consideração de fronteiras, oralmente, por escrito ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro procedimento de sua escolha”. Segundo Silva Junior (2008, p. 154):

[...] A essência normativa do preceito legal encartado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e na Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão tutela a formação da opinião pública por meio do intercâmbio livre de informação e a possibilidade de crítica robusta da administração pública. De qualquer forma, o relatório da OEA, feito com base na situação entre os Estados-membros, demonstra preocupação com a falta de efetividade do direito de acesso à informação. Aponta-se o alheamento da sociedade quanto a assuntos que são de seu interesse e que

podem afetar o gozo de seus direitos, o que prejudica o desenvolvimento amplo da democracia, que somente se consolida por meio de política participativa. [...]

A sociedade que pretende ser efetivamente democrática não pode prescindir da socialização do conhecimento. A perspectiva de progressão social é maior nas sociedades em que se permite e se facilita aos cidadãos o acesso ao conhecimento. Cabe aos governantes incentivar o hábito da leitura, assim como o alcance do conhecimento e da cultura à população de uma forma geral.

A participação democrática pode ser facilitada pela era da *internet*. O desenvolvimento social é alavancado na sociedade da informação, pois os recursos tecnológicos permitem ampliar a participação dos cidadãos nas atividades do Estado. A exclusão digital, resultante da desigualdade social, porém, pode comprometer o exercício da cidadania por este meio, sem contar os riscos de violação de direitos fundamentais, como o da intimidade, que pode decorrer da inadequada utilização dos recursos de tecnologia de informação (SIQUEIRA JUNIOR, 2007). Estes aspectos negativos precisam ser contornados para a busca do desenvolvimento social.

A tradicional forma de transmissão do conhecimento, que é a resultante da leitura, continua a constituir o principal meio de integração social e de promoção da cidadania, motivo pelo qual deve ser fomentada não somente pelos pais e professores, mas também pelo Estado, que tem o dever constitucional de promover a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade da informação, na qual os recursos de tecnologia permitem que as notícias sejam transmitidas com velocidade descomunal. O conhecimento constitui bem de importante valor na sociedade da informação, mas para que o registro comunicado resulte em saber para o leitor é necessário o aprofundamento da pesquisa.

O jovem aluno não pode se acomodar com a facilidade da pesquisa pela *internet*. Isto não ocorrerá, certamente, com aqueles que já ingressam no curso universitário com o hábito da leitura em sua forma tradicional, ou seja, por pesquisas bibliográficas, para o qual contribui sensivelmente o ambiente familiar.

Cabe aos professores a tarefa de direcionar os alunos para a leitura responsável, que é aquela que não prescinde da pesquisa junto às fontes literárias confiáveis. O exercício deste mister requer paciência semelhante

à de um agricultor, de modo que a colheita renda frutos com a adequada formação do aluno ao final do curso.

Os alunos devem ter consciência de que a leitura demanda a utilização da experiência de vida do leitor para que, de forma crítica, consiga interpretar o texto lido e extrair conclusões que sejam proveitosas para a vida em sociedade. O diálogo com o texto e com seu autor não pode deixar de existir na leitura, para a construção de ideias e de novos sentidos às realidades vivenciadas pelo leitor.

O saber é um bem imaterial que não se perde e na sociedade do conhecimento permite a melhoria da qualidade de vida e a ascensão social. Uma sociedade que pretenda alcançar a justiça social não pode prescindir da propagação do hábito da leitura. A democracia e a pluralidade social têm por pressuposto necessário a disseminação do conhecimento.

O Estado brasileiro deve ter como política social a educação, como determina a Constituição de 1988 em seu artigo 205. Esse mandamento constitucional está em consonância com o artigo 13.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos e com a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A tarefa de incentivar o hábito da leitura não cabe exclusivamente ao Estado, pois a sociedade também é responsável pela difusão desta prática salutar. Os pais devem fazer com que seus filhos nutram o gosto pela leitura desde a infância, lendo para eles antes mesmo de serem alfabetizados.

Assim procedendo, incentivarão o desenvolvimento do raciocínio com a interpretação que o jovem leitor terá de fazer do texto, permitindo um prognóstico de vida em sociedade melhor em relação aos que não tiveram semelhante oportunidade. Criarão, ainda, estudantes que terão melhores condições de aprendizado, facilitando a tarefa dos professores que complementarão a educação familiar como co-responsáveis pela transmissão do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S.. **Curso de redação**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2004, 168 p.

ANDRADE, M. V. S.. Educação à distância, sociedade da informação, jurisdição, teleconferência e internet. **Revista da Escola Paulista da Magistratura**. São Paulo: EPM, ano 7, nº 1, jan-jun/2006, p. 7-14.

ARROJO, R.; RAJAGOPALAN, K.. O ensino da leitura e a escamoteação da

ideologia, In: ARROJO, R. (org), **O signo desconstruído**. Campinas: Pontes, 1992, 124 p.

ARRUDA, A.. Para construir leitores. Caderno Sinapse. **Folha de S. Paulo**, 28/09/2004, 28p.

CHARTIER, R.. O google e o futuro do livro. Caderno Mais. **Folha de S. Paulo**, 29/11/2009, 8 p.

CONVENÇÃO Americana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/default.asp>>. Acesso em janeiro de 2010.

CURY, A.. **O mestre da vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006, 166 p.

CURY, A.. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2007, 175 p.

DECLARAÇÃO de Princípios sobre Liberdade de Expressão da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/default.asp>>. Acesso em janeiro de 2010.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V.. **Linguística textual**. São Paulo: Córtes, 1983, 102 p.

FINI, M. I (coord). **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa**. São Paulo: SEE, 2008.

GADOTTI, M.. **A educação contra a educação**. O esquecimento da educação e a educação permanente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 144 p.

GUIMARÃES, E.. **A articulação do texto**. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1995, 87 p.

HILLMAN, J.. A note on story - Children's literature: the great excluded. v. 3, Filadélfia: Butler & Brockman, 1974, *apud* MANGUEL, A.. **Uma história da leitura**, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 405 p.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; ONG AÇÃO EDUCATIVA. Letramento no Brasil, Organização Vera Masagão Ribeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br>>. Acesso em janeiro de 2010.

LOPES, E.. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2003, 346 p.

MANGUEL, A.. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 405 p.

SILVA JUNIOR, W. N. da. Direito de acesso à informação. **Revista de Direito do Estado**. Rio de Janeiro: Renovar, ano 3, nº 9, 2008, p. 149-172.

SIQUEIRA JUNIOR, P. H.. Direito informacional: direito da sociedade da informação. **Revista dos Tribunais**. São Paulo: RT, ano 96, vol. 859, maio/2007, p. 743-759.

VERÓN, E.. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980, 216 p.

ZILBERMAN, R.. O escritor lê o leitor e o leitor escreve a obra, *In*: SMOLKA, A. L. B. *et alii*. **Leitura e desenvolvimento da linguagem**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, 164 p.